

O SUJEITO VIRTUAL NAS MÍDIAS SOCIAIS: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO PARA COMPREENSÃO DOS *FAKES**

Plábio Marcos Martins Desidério**

Resumo: este trabalho busca analisar o sujeito virtual nas mídias sociais, a partir, da perspectiva da Análise do Discurso. Uma das características do sujeito virtual é a utilização de fakes. Utilizaremos a perspectiva da AD, pois analisa como o sujeito é atravessado por discursos. A AD francesa auxiliará a compreensão de como o sujeito virtual opera nas mídias sociais pelos fakes.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Sujeito virtual. Mídias sociais. Fakes.

THE VIRTUAL SUBJECT IN SOCIAL MEDIA: CONTRIBUTIONS TO THE ANALYSIS OF SPEECH UNDERSTANDING OF FAKES

Abstract: *this paper analyzes the virtual subject in social media, from the perspective of discourse analysis. A feature of the virtual subject is to use fakes. We will use the perspective of AD, since it analyzes how the subject is traversed by discourses. The AD French aid the understanding of how the subject operates in virtual social media by fakes.*

Keywords: *Discourse Analysis. Subject virtual. Social media. Fakes.*

Nos últimos anos as transformações tecnológicas possibilitaram que novos espaços e novas formas de interlocução surgissem e se aprimorassem. A internet possibilitou novas formas de interação, mas não conseguiu substituir as formas tradicionais de interação. Para Sodré (2011), a internet, e em especial as mídias sociais não estão estabelecendo uma nova forma de construção de discussão e conscientização política, isto é, não estão produzindo uma emancipação social, superando instituições tradicionais, como por exemplo, a universidade. Porém, as mídias sociais estabelecem contatos diferentes dos que existiam antes da existência da internet. Um dos elementos importantes para essas diferentes formas de interação é a utilização dos *fakes*, pois é usado como um processo performático de interação.

As mídias sociais são consideradas na atualidade, como uma nova “fronteira” para o processo comunicativo. Essa afirmação entre outras se baseia, por exemplo, numa concepção naturalizadas dos processos tecnológicos. A expansão da internet provocou possivelmente um discurso de que as novas experiências virtuais possam ser explicadas por elas mesmas, estimulando uma preguiça epis-

* Recebido em: 20.03.2013. Aprovado em: 18.04.2013.

** Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professor Adjunto I da Universidade Federal do Tocantins.



temológica. Para analisar de forma mais elaborada é necessário abandonar uma perspectiva técnica, e procurar compreender os processos de discursividades presentes nesses espaços virtuais.

Este trabalho, portanto, procura se afastar de uma visão meramente técnica para analisar como o espaço das mídias sociais é ocupado por indivíduos que se assujeitam ao discurso do virtual e, por isso podem ser percebidos como sujeitos virtuais. Uma das performances utilizadas pelos usuários é o uso dos *fakes* e que pode ser compreendida como um assujeitamento ao discurso da virtualidade na contemporaneidade. Para essa análise utilizaremos a Análise do Discurso (AD) de linha francesa e outros autores que contribuem para compreender as características do discurso da virtualidade na contemporaneidade.

ANÁLISE DO DISCURSO: ASSUJEITAMENTO E O SUJEITO VIRTUAL

Para analisar o comportamento dos indivíduos nas mídias sociais é necessário perceber a posição dos mesmos nesses espaços, bem como a construção desses indivíduos em sujeitos do discurso. A Análise de Discurso é a nossa ferramenta teórica metodológica, e por isso tratar os internautas em sujeitos passa a ser uma estratégia de análise. Como todo sujeito é interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 2001), os indivíduos ao expressarem suas opiniões nos sites de relacionamentos, o fazem de acordo com um processo, que de acordo com a AD é chamado de formações imaginárias. As formações imaginárias são alimentadas pela ideologia e como observou Pêcheux (2009, p. 82) que “[...] *todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*”. Essa afirmação pêcheuxiana considera que o discurso é construído, a partir, das relações ideológicas e, por conseguinte imaginárias que surgem dos processos sociais.

Os comentários podem ser entendidos como textos e que podem ser analisados como discursos. Nesse sentido um discurso está presente em vários textos, e nesse caso os comentários são os textos produzidos nos sites. Isso é possível segundo a AD, pois num texto existem vários significados construídos historicamente e que fazem parte de formações discursivas. Os indivíduos se “assujeitam” a essas formações discursivas quando frequentam os espaços virtuais publicando seus *posts*. Porém, não se pode esquecer que nessas formações discursivas, encontram-se as representações que dão acesso às formações imaginárias.

Para compreender como o sujeito é percebido pela AD, essa entendida como disciplina e/ou método/teoria recorreremos a autores que analisaram, ou pelo menos em alguns momentos de suas análises colocaram a questão do sujeito como um elemento pertinente. Como nossa filiação à AD é a francesa, recorreremos a pensadores que propuseram analisar a questão do sujeito, a partir, da AD. Os primeiros a serem destacados são considerados os fundadores da AD francesa: M. Pêcheux e M. Foucault.

Pêcheux (2009) ao analisar a questão do discurso e sua relação com o sujeito – proposta deste trabalho – retomou a perspectiva de L. Althusser. Este considera que os indivíduos são constituídos em sujeitos, a partir, de condições materiais, operado pela ideologia. Uma questão pertinente que Pêcheux observa é a concepção ideológica do sujeito, de que todo o indivíduo possui uma subjetividade única, universal. Uma das críticas que o autor realiza é contra o subjetivismo presente nas questões abordadas sobre o sujeito.

Ao utilizar Althusser como referência, Pêcheux (2009) analisa como a Ideologia é compreendida na verdade como formações ideológicas, pois não é um conceito idealista, mas “concreto”, isto é, histórico. São essas formações ideológicas que irão constituir a forma-sujeito, como por exemplo, o jurídico.

Como afirma Pêcheux (2009, p. 146):

... É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

O sujeito está intrinsecamente ligado às formações discursivas, como um processo advindo das formações ideológicas. O sujeito, portanto, é o indivíduo interpelado pelas formações ideológicas. O sujeito



se “assujeita” ao processo-discurso, operacionalizado por processos ideológicos e materializados na linguagem. Por isso, como afirmou Pêcheux (2009, p. 150) “[...] Podemos agora precisar que a interpeção do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) [...]”.

Essa perspectiva de Pêcheux (2009) traz considerações a respeito da forma-sujeito, isto é, de como o indivíduo ao se assujeitar às formações discursivas, incorporam historicamente os processos ideológicos. Quando, Pêcheux – a partir, de Althusser – observa que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, os sujeitos são constituídos discursivamente, não existem sujeitos fora das formações discursivas, pois os indivíduos são seres de linguagem (FOUCAULT, 2000). Essas considerações remetem para a questão que estamos procurando problematizar, a do “sujeito virtual”. Identificando formações discursivas na contemporaneidade que assujeitam os indivíduos nos discursos do universo virtual (ciberespaço) percebe-se como os indivíduos são interpelados pela ideologia da revolução tecnológica.

Essa revolução tecnológica possibilitou a ascensão extraordinária da internet e a existência de um novo processo de conexão entre pessoas. Esse processo tem como uma dos principais expoentes, os sites de relacionamento (*Facebook, Orkut, Twitter*) que são nomeados como mídias sociais. Essas mídias sociais (ou redes) – porém, preferimos utilizar o termo mídias sociais, pois redes é um processo mais amplo na comunicação – estão procurando estabelecer e potencializar formas de interação entre os indivíduos.

As formações discursivas possuem significados que são incorporados pelos indivíduos e que nesse caso, a forma-sujeito virtual, pode ser considerada como uma formação discursiva que orienta os comentários dos indivíduos nas mídias sociais. Os indivíduos nas mídias sociais se comportam, a partir de uma formação constituída que Pêcheux (2009) observa como o pré-construído, pois o discurso está em processo de articulação com outros discursos.

Pêcheux (2009) considera que o “sempre-já” sujeito é um pré-construído e, portanto, um elemento exterior ao discurso, isto é, um efeito ideológico. Esse efeito ideológico produz dois tipos de esquecimento. O primeiro esquecimento, como abordado, refere-se a inserção do sujeito à formação discursiva que o “domina”. O segundo é a “seleção” por parte do sujeito na formação discursiva enunciados de forma parafrástica.

Essas observações de Pêcheux nos orientam para analisar como nos espaços das mídias sociais, os indivíduos têm como primeiro pré-construído ideológico, o significado que são “livres” e o espaço virtual possibilitaria essa possível liberdade. Livres para escrever comentários sobre diversos temas do cotidiano e de outras mídias. Retomando a proposta dessa pesquisa, analisar os comentários dos internautas nas mídias sociais sobre temáticas abordadas na telenovela, como a homossexualidade, observa-se que os usuários os expressam a partir, da forma-sujeito virtual.

Uma das questões pertinentes é como os indivíduos ao participarem de em comunidades e/ou perfis virtuais, se posicionam como sujeitos do discurso, através dos *fakes*. Esse posicionamento como afirmava Pêcheux é uma construção discursiva, realizada a partir, de formações discursivas, que operam significativamente na posição que os indivíduos ocupam nos espaços virtuais. Um significado importante é a própria posição do “sempre-sujeito” que os indivíduos se assujeitam ao participarem das mídias sociais.

Foucault (2006) considera que o autor é também um processo discursivo, pois mesmo considerando a importância da existência de um indivíduo que fala, escreve, o mesmo está submetido à ordem do discurso. Foucault identifica o autor como um sujeito que “produz”, ou melhor, reúne as condições para enunciar um tipo de discurso, seja científico ou literário. O autor consegue ser um sujeito que utiliza os recursos disponibilizados pelas formações discursivas, presentes nas instituições e que consegue imprimir uma identidade, um reconhecimento individual.

No entanto, o que se pode perceber nessa análise é que o sujeito é uma construção discursiva, como ocorre até mesmo com a definição de autor. Foucault observa que nos tipos de discursos como o científico e literário, o autor possui variações na sua importância. Na modernidade o discurso científico relega o autor para segundo plano, diferente do literário que reforça a posição do autor na produção das obras. Para compreender como Foucault elabora as considerações sobre a questão do autor, recorreremos à sua análise, para procurar compreender como o sujeito e sua perspectiva:



Seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao menos desde uma certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como ele, por sua vez, a modifica (FOUCAULT, 2006, p. 28-9).

Essas considerações a partir da perspectiva de Foucault remetem para a questão de como o sujeito se insere em diferentes práticas discursivas. Se para o pensador, o autor está inserido em discursos – mesmo considerando a presença do indivíduo “real” – existe uma construção institucional do sujeito. A “morte” do sujeito é a possibilidade da existência de muitas formas de sujeito, ou que formas em que os indivíduos se assujeitam à formações discursivas. Portanto, não existe o “sujeito”, mas formas assujeitadas, nas quais os indivíduos incorporam discursos que representam inclusive a forma-sujeito ou sujeito-discurso.

A forma-sujeito é um termo que tem ocupado muitos pensadores em suas análises. M. Pêcheux em suas obras analisou a relação entre sujeito e discurso, ressaltando a importância de considerar que o sujeito existe na linguagem. Iremos utilizar também os subsídios fornecidos pelas análises de C. Haroche (1992). A autora ao analisar como o sujeito se condiciona o discurso, observa dois momentos históricos e seus condicionamentos discursivos para a constituição que chamaremos de forma-sujeito: religioso e o jurídico.

Haroche (1992) considera que no discurso religioso, principalmente cristão, e depois o jurídico, há uma presença da subjetividade, porém com diferenças entre os tipos de discursos. É nessas diferenças que nos concentraremos para analisarmos como a autora faz o percurso para identificar as mudanças desses dois tipos de discursos e como poderemos analisar a constituição da forma-sujeito virtual. Haroche aponta que na Idade Média os indivíduos submetidos aos dogmas religiosos não conseguiram desenvolver a concepção de indivíduo autônomo. Ou melhor, não houve a possibilidade na Idade Média de se constituir um indivíduo autônomo, pois até mesmo a ideia de subjetividade estava vinculada ao dogma religioso e a própria ordem feudal.

Entretanto, a partir do século XV, com a Reforma Protestante e com o crescimento da burguesia europeia, a autonomia do indivíduo começa a ser destacada. As mudanças religiosas provocadas pela Reforma protestante e até mesmo pelo movimento religioso-moral do jansenismo contribuíram para que a leitura bíblica, seu entendimento circulasse e com isso os indivíduos pudessem obter a consciência dos seus através do entendimento da “palavra” divina. Haroche (1992) ao exemplificar o movimento janseniano ressalta como o mesmo procurou racionalizar a língua e seu enunciado.

Um das preocupações principais de C. Haroche era analisar as implicações do discurso religioso e também político no processo de subjetividade, condicionado indivíduos a se posicionarem como sujeito de um determinado discurso. A autora observa, portanto:

O sujeito não é livre, “ele é falado”, isto é, dependente, dominado. O conteúdo do texto diferente, mas qualquer que ele seja, a dependência do sujeito ao texto, sua determinação pelo Texto, estão asseguradas. [...]

[...] O deslocamento que se produz entre a fase da “determinação do sujeito pela ordem religiosa” e a da “determinação individual” de seu discurso pelo sujeito não impede de nenhuma forma que a subjetividade apareça ao mesmo tempo como inefável e não científica. Como se esta inefabilidade devesse constituir, de certo modo, a melhor garantia de liberdade e vontade do sujeito (HAROCHE, 1992, p. 158-9).

O que é importante destacar é como a constituição do sujeito jurídico é realizado pelo assujeitamento dos indivíduos à linguagem política-jurídica e que umas rupturas com a forma-sujeito anterior (religiosa) é “ideia” de autonomia. A percepção dos indivíduos de sua autonomia jurídica e até mesmo consciente e responsável dos seus pensamentos e atos é uma construção do processo de assujeitamento à essa nova ordem jurídica que se estabelece. Essa perspectiva nos fornece subsídios para compreender como a forma sujeito virtual se constitui no processo histórico da chamada revolução tecnológica e/ou digital.



Outra análise pertinente é realizada por Authier-Reveuz (1998) sobre como o sujeito ao enunciar o discurso é “atravessado” por outros discursos, encontrando a presença do outro no dizer. A autora observa que o discurso é algo que possui uma heterogeneidade, que ela destaca também como as “não-coincidências do dizer”. O sujeito do discurso se encontra com várias não-coincidências do dizer da enunciação. O que envolve nesse processo são posições ocupadas pelos sujeitos, jogo das não-coincidências e até mesmo os gêneros dos discursos. Porém o que iremos destacar é como na enunciação existe sempre uma heterogeneidade nos discursos. Destacamos duas imagens como apontados por Authier-Reveuz (1998), a não-coincidência interlocutiva e a não-coincidência do discurso consigo mesmo.

A não-coincidência interlocutiva como aponta a autora é a presença do outro no sentido da psicanálise (inconsciente), no discurso do enunciador. Na interlocução existe a presença de sentido que seja compartilhado, ou mesmo as divergências na interlocução. Na outra a não-coincidência do discurso consigo mesmo, Authier-Reveuz (1998) refere essa imagem ao dialogismo bakhtiniano. Nessa imagem pode-se identificar a presença de muitos sentidos de palavras e posições do dizer num determinado enunciado. Althuer-Reveuz ao retomar a perspectiva de Bahktin, aponta para a questão do interdiscurso e a importância de compreender como as não-coincidências do dizer é um processo que está além de um mero jogo, pois envolve questões semânticas, como também externas ao discurso e que interfere na interdiscursividade.

Authier-Reveuz (1998) considera que o dizer está “atravessado” pelo Outro que identificamos, a partir, de suas análises que é a presença dos sentidos exteriores e dos interdiscursos:

Assim é que, fundamentalmente, as palavras que dizemos não falam *por si*, mas pelo...”Outro”: Outro que abre o discurso sobre sua exterioridade interdiscursiva interna, a nomeação sobre a perda relativamente à coisa, a cadeia sobre o excesso de sua “significância”, a comunicação sobre a abertura intersubjetiva e, no total, a enunciação sobre a não-coincidência consigo mesmo do sujeito, dividido, dessa enunciação (AUTHIER-REVEUZ, 1998, p. 26).

Essa perspectiva “aberta” por Authier-Reveuz nos orienta a perceber como o sujeito está condicionado aos processos linguísticos e aos sentidos heterogêneos presentes no discurso. Se as palavras são porosas como afirma a autora é porque os sentidos as atravessam e por isso, o sujeito está constantemente sendo “assujeitado” nesses sentidos. O Outro como identificamos nas análises de Authier-Reveuz como sendo a exterioridade discursiva, que constitui o interdiscurso, e que, numa perspectiva psicanalítica, interpela o indivíduo em sujeito, como retomado e destacado em M. Pêcheux.

Os usuários dos sites de relacionamento e também os que acessam os portais de notícias, publicam seus *posts*, a partir de perfis e cadastros, mesmo que simplificados. É nessa criação é possível identificar algumas posições desses indivíduos como sujeitos na apropriação e construção de discursos. Esse processo de assujeitamento é compreendido como um processo em que os sujeitos são interpelados pela ideologia. E a ideologia como destacado tem o papel de produzir sentidos, entre a linguagem o mundo (ORLANDI, 2009).

É nesse sentido que os sujeitos determinados pela ideologia- não imobilizados e nem “enganados”- ao se expressarem verbalmente ou não, se inscrevem em formações discursivas estabelecidas, a partir de uma relação de sentido estabelecida entre a linguagem e a história. É essa relação de sentido que constitui o assujeitamento dos indivíduos às formações discursivas. Os indivíduos se afiliam aos sentidos quando reproduzem/produzem os discursos, porém não possuindo o controle disso. Porém os sujeitos não percebem as estratégias discursivas, acreditam que a palavra possui uma imanência na realidade, é abstrata e transparente e como Orlandi observa a AD é um procedimento analítico que desmistifica essa percepção.

[...] No entanto, se levamos em conta, como a Análise de Discurso, a ideologia, somos capazes de aprender, de forma crítica, a ilusão que está na base do estatuto da literalidade: o fato de que ele é produto histórico, efeito de discurso que sofre as determinações dos modos de assujeitamento das diferentes formas-sujeito na sua historicidade e em relação às diferentes formas de poder. O falante não opera com a literalidade como algo fixo e irredutível, uma vez que não sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso (ORLANDI, 2008, p. 51-2).



Essa observação da autora é importante para perceber como os usuários da internet, em especial, nos sites de relacionamento e nos portais de notícias, emitem opiniões acreditando, ou mesmo defendendo que são posições únicas, abstratas e que partem de uma “tomada de posição”. Essa posição não é abstrata, pois é construída na história e como os sujeitos incorporam formações discursivas, a partir das formações imaginárias. São nessas formações imaginárias que estão presentes também, as representações, que são elaboradas social e historicamente.

Para Orlandi ao analisar uma questão do sujeito colocada por Benveniste, afirma que “[...] não é o sujeito que apropria da língua, mas, há uma forma social da apropriação da linguagem em que está refletida a ilusão do sujeito, isto é, sua interpelação feita pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 45). A partir, dessa afirmação se pode perceber a determinação histórico-social sobre o sujeito, como a autora ressalta. O sujeito ao ser interpelado pela ideologia, que é construída historicamente, se insere no jogo enunciativo, sendo atravessado por interdiscursos. Nesse caso os indivíduos que estão nos espaços virtuais participam desse jogo enunciativo, porém a formação discursiva que atravessa a todos, o pré-construído é o discurso que os indivíduos estão conscientes das opiniões que emite e as dominam.

Nos espaços virtuais, os indivíduos se posicionam como “livres” em suas comunidades e perfis. A interpelação desses usuários pela ideologia se dá na articulação de muitos interdiscursos. Nos sites de relacionamentos, os usuários numa primeira aproximação se comporta como sendo portadores de uma consciência livre e independente de fatores “externos”.

Orlandi (2001) ao considerar a memória como interdiscurso abre a perspectiva para a atuação do esquecimento no processo enunciativo. Para analisar esse processo é necessário recorrer a afirmação da autora:

[...] O sujeito se constitui e se significa por ser afetado (“o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia”) pela língua e pelo mundo (relação do simbólico e da história “a discursividade é a inscrição dos efeitos da língua, sujeita a falta, na história”) (ORLANDI, 2001, p. 46).

Na articulação dos interdiscursos analisados, a partir, das considerações anteriores, percebe dois discursos, ou melhor, dois intradiscursos presentes na forma-sujeito dos usuários das mídias sociais. Eles se articulam, sendo que esses discursos se baseiam em significados construídos histórico-socialmente. Um desses discursos que atravessa os usuários é a inserção dos indivíduos na revolução tecnológica, na nova era da informação como muitos apregoam. Como afirma Castells (2001) a era da informação possibilitou que uma nova sociedade se estabelecesse: a Sociedade em Rede. Nessa “nova sociedade” o processo em rede passa a ser o novo “*ethos*” das relações sociais.

O discurso da “cultura virtual” passa a ser um jogo discursivo em que os indivíduos não somente leem textos, mas também se assujeitam aos mesmos. Nos sites de relacionamento, bem como os portais da internet que se abrem para que os usuários se manifestem, a forma-sujeito que prevalece é a do indivíduo que “domina” seu discurso, isto é, os usuários ao entrar no jogo discursivo, incorporam a memória discursiva e o esquecimento dos dizeres anteriores.

Orlandi analisa como a ideologia realiza um trabalho de articulação entre a linguagem, os indivíduos e o mundo “real” que existe simbolicamente. Para isso os indivíduos se assujeitam na forma-sujeito discursiva. Apontaremos o que a autora observa:

[...] Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. [...]

[...] O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse “colonização”, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz efeitos [...] (ORLANDI, 2009, p. 48-9).

Essas considerações da autora remetem para a percepção de como o sujeito ao operar a linguagem, se insere numa ordem simbólica, constituída ideologicamente e construída historicamente. Nessa perspectiva podemos analisar como os sujeitos que estão no processo de recepção, sejam os usuários



das mídias sociais e dos portais, ou mesmos das chamadas mídias tradicionais como a televisão. Para compreender como os indivíduos participam das novas e “velhas” plataformas ou suportes tecnológicos iremos analisar uma das performances utilizadas, o uso dos *fakes*.

O SUJEITO VIRTUAL E O USO DOS *FAKES*

Ao analisar o processo de enunciação, a leitura proposta por Porto (2010) procura identificar e compreender como os sujeitos desse processo enunciam; dessa leitura extraímos alguns pontos úteis para compreender como os sujeitos se posicionam nos espaços virtuais onde ocorre a enunciação, em especial a ideia de lugar de fala, de “identidades” e a forma de enunciar os discursos. O processo de enunciação nesses espaços ocorre quando os internautas “[...] operam a passagem de suas ideias às suas frases e discursos” (PORTO, 2010, p. 38); e os discursos aí presentes não são “outro” discurso descontextualizado da contemporaneidade: os fragmentos discursivos compõem um discurso *replicado* nos ambientes virtuais porque *fundado* nas experiências que os indivíduos têm no ambiente não virtual; assim como as representações sociais a que recorrem para elaborar seus *posts* nos espaços virtuais advêm de construções históricas vividas por indivíduos “reais”.

Supostamente — como vimos —, nos espaços virtuais (aqui, Facebook, Orkut e portais Folha, UOL e Yahoo!), os indivíduos têm “liberdade” para comentar e expor sua opinião, e tal liberdade seria a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito (aqui, a forma-sujeito virtual) e condicionam os indivíduos a expor seus fragmentos discursivos em tais espaços motivados pela possibilidade de escrever e publicar livremente. Eles incorporam e ressignificam essa possibilidade — sentido primeiro e mais importante —, defendendo até os espaços para debate. A forma-sujeito virtual ganha relevância porque o número de usuários da internet e das mídias sociais aumenta substancialmente a cada dia, daí ser ela a forma pela qual os indivíduos se assujeitam a processos e características do espaço virtual.

Para Lévy (1999), espaços virtuais e seu desdobramento possibilitaram aos indivíduos estabelecer conexões virtuais e assumir posições; as comunidades virtuais exemplificam o processo de conexão *on-line* e a posição que os indivíduos ocupam no ambiente virtual:

Uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. Para aqueles que não as praticam, esclarecemos que, longe de serem frias, as relações *on-line* não excluem as emoções fortes. Além disso, nem a responsabilidade individual nem a opinião pública e seu julgamento desaparecem no ciberespaço. Enfim, é raro que a comunicação por meio de redes de computadores substitua pura e simplesmente os contatos físicos: na maior parte do tempo é um complemento ou um adicional (LÉVY, 1999, p. 133).

As comunidades virtuais se tornaram um espaço onde os indivíduos expõem seus discursos sobre temas diversos, e o fazem pelo que chamamos forma-sujeito virtual. Para Lévy (1999), o ciberespaço não restringe nem substitui o espaço extravirtual porque não transforma as representações sociais que os indivíduos do mundo não virtual (eles as reproduzem nos espaços virtuais) nem bloqueia ou filtra as formações discursivas. Assim, o ciberespaço só potencializa a participação deles no ambiente virtual.

Esta pesquisa aponta que, nos *websites* de relacionamento e nos portais de notícias, os indivíduos têm posturas semelhantes às identificadas e analisadas em tais estudos. Os sujeitos que participam desses espaços ocupam posições heterogêneas, pois participam de muitos espaços virtuais: mídias sociais, salas de bate-papo e espaço de *posts* nos portais de notícias. Diferentemente de tais salas e de mídias sociais mais recentes como Twitter e Facebook, as comunidades virtuais possibilitaram aos sujeitos manter contatos mais efetivos e com possíveis debates sobre uma infinidade de temas. Por isso cabe dizer que se tornaram lugar de enunciação; provam isso aquelas dedicadas a programas televisivos — telenovela — que motivaram a elaboração de *posts*.

As comunidades virtuais e o espaço dedicado à participação de internautas nos portais de notícias procuram constituir lugares públicos — ao menos os sujeitos que ocupam tais lugares os percebem como públicos. Assim, no caso das comunidades do Orkut, são acessíveis a qualquer



internauta: basta ter nome de cadastro (*login*), senha e pedir para participar em uma delas. Assim, os “lugares de enunciação” são públicos. Quem preenche os requisitos de identificação para acessar as comunidades e participar delas não tem, necessariamente, uma identidade correspondente à que se tem “fora” do ciberespaço; e o termo que designa essa não correspondência é o inglês *fake* (falso, lisível como nome falso, fictício). Embora alguns internautas usem o *fake* para ocultar sua identidade do mundo extravirtual, participam ativamente de fóruns de discussão propostos nas comunidades virtuais. Mais que um nome, o *fake* pode ser um perfil completo nos *websites* de relacionamento, com fotos, mas cujo criador tem uma “memória” virtual restrita, pois provavelmente abandona esse *fake* ou até elabora outro. A existência desse tipo de prática e sujeitos cuja identidade corresponde a comportamentos não atuais reforça o processo de assujeitamento à forma-sujeito virtual.

Nos *websites*, os indivíduos podem ter muitos *fakes*, isto é, “máscaras” que os escondem, permitindo que transitem pelo espaço virtual sem se preocupar com uma correspondência com o que são ou quem são no espaço não virtual. Talvez por isso o uso do *fake* tenha motivado uma preocupação jurídica quanto a normatizar e mesmo “criminalizar” seu uso. O senador Magno Malta apresentou projeto de lei para essa possível judicialização da criação de perfis na internet com a justificativa principal de combater a pedofilia. À parte essa preocupação institucional e jurídica, a questão do perfil falso converge para o pensamento de teóricos como Castells (2009), que aponta as configurações de poder e suas lutas para construir sentidos segundo o processo comunicacional. Instituições, grupos e indivíduos procuram exercer o poder não só de forma coercitiva, mas também buscando influenciar comportamentos (mentes) através do uso da informação. Noutros termos, a internet não possibilitou a estruturas de poder hierarquizadas submeter a todos a um controle verticalizado e opressivo. Para ele, a rede de informações permite outras formas de disputa e controle. Com efeito, os indivíduos podem escapar do controle tradicional ou reatualizar exercícios de poder conforme novas configurações. Por isso o uso de *fakes* pode ser entendido como uma forma de o indivíduo não respeitar modelos tradicionais de sociabilidade; daí serem percebidos como atitude falsa e até criminosa.

Esse possível rompimento com práticas tradicionais de exercício dos papéis sociais seria uma forma de escape aos controles hierarquizados do poder institucional? A elaboração dos perfis pelos internautas que querem adotar uma promiscuidade de papéis sociais ou se esconder num *fake* retoma a perspectiva de Goffman (2008) sobre a teoria da teatralização da vida social: os indivíduos que usam *fakes* se escondem para ter uma ação performática ou estabelecer uma *performance* para expor convicções que eles veem como “verdadeira”.

A criminalização da recorrência aos *fakes* traduz a disputa pelo controle da informação entre as novas formas de interação social e instituições estabelecidas na modernidade como o Estado e seu alcance verticalizado. Indivíduos que “mascaram” suas identidades são condicionados pelas experiências da modernidade líquida, como destaca Bauman (2001). Outra questão importante a considerar são os condicionamentos que os internautas têm ao expor seus *posts* em seus *fakes*. Ainda que estes sejam usados para esconder a identidade e deixar os internautas com mais “liberdade” para opinar, os fragmentos discursivos são condicionados por formações discursivas que circulam no espaço extravirtual.

Na construção do *corpus empírico*, observamos uma recorrência constante a *fakes* entre internautas que participam das comunidades do Orkut. Nos *websites* Folha.UOL e Yahoo!, a recorrência também é constante, pois esses portais de notícias exigem, como dados de identificação, nome, local e *e-mail* para contato. No Orkut, ao se cadastrarem, os usuários não são obrigados a fornecer todos os seus dados pessoais; apenas os básicos — como nos portais. Daí facilidade de criar *fakes*. Essa forma de cadastro não determina, mas influencia os indivíduos a elaborar seus perfis “falsos”.

Ainda assim, podemos destacar o *fake* apenas como variável relevante. As experiências da modernidade líquida — aponta Bauman (2001) — são as que influenciam e condicionam essas práticas no ambiente virtual. Se a forma-sujeito virtual e as mídias sociais condicionam os indivíduos à efemeridade e instantaneidade, o *fake* pode ser entendido como uma dessas experiências que procura se afastar de responsabilidades, pelo menos quanto a processos oficiais e institucionais fora do virtual. Bauman ressalta essas novas experiências:

É difícil conceber uma cultura indiferente à eternidade e que evita a durabilidade. Também é difícil conceber a moralidade indiferente às consequências das ações humanas e que evita a res-



pensabilidade pelos efeitos que essas ações podem ter sobre outros. O advento as instantaneidade conduz a cultura e a ética humanas a um território não-mapeado e inexplorado, onde a maioria dos hábitos aprendidos para lidar com os afazeres da vida perdeu seu utilidade e sentido. Na famosa frase de Guy Debord “os homens se parecem mais com seus tempos que com seus pais”. E os homens e mulheres do presente se distinguem de seus vivendo num presente “que quer esquecer o passado e não parece mais acreditar no futuro” [...] (BAUMAN, 2001, p. 149).

A utilização do *fake* pelo sujeito virtual pode apontar para as possíveis mudanças que as pessoas estão experimentando na atualidade. A “fluidez” das experiências contemporâneas, como afirma Bauman (2001) influencia a forma como as pessoas ao frequentarem as novas plataformas digitais se utilizam de *performances* variadas. O uso dos *fake* pode ser entendido como um processo que possui uma conexão direta com as experiências da contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente virtual, o efêmero e o instantâneo são elementos que norteiam as experiências dos indivíduos. Ao criar um *fake*, o usuário possivelmente está procurando não eternizar a experiência de participar de uma comunidade ou mesmo quando publica um comentário. A diluição é rápida: ao ter um *fake* ou muitos *fakes* o internauta não quer se comprometer com sua exposição pública, pois percebe que será rapidamente esquecida. O uso do *fake* seria, talvez, um desdobramento de novas formas de enunciação que surgem no ambiente virtual e que pode ser entendido como estratégia dos usuários para participar de forma diluída, ressaltando o que Bauman destaca como adoção de uma moral da efemeridade.

Essa estratégia, porém, pode resultar de questões postas pelo ciberespaço. Para Lévy (1999), o virtual é um espaço em que a anarquia é possível e cuja expansão e consolidação foram realizadas também — e sobretudo — por atores microssociais, e não só pelos macrossociais (instituições tradicionais e grandes corporações). Os indivíduos no ciberespaço “apenas” fazem o que é propício nesse ambiente, exercem seu “direito”, seja se apresentando através de *fakes* ou procurando identificar seu perfil virtual com seu perfil fora desse ambiente.

Assim, ao usarem os *fakes*, os indivíduos podem ser motivados por essa nova lógica da cultura virtual ou simplesmente usar “máscaras”, como destaca Goffman (2008). A teatralização do *ciberespaço* está se tornando mais uma regra do que exceção, porém não se pode restringir o uso dos *fakes* como papel social, pois — como estamos observando — os indivíduos estão sendo condicionados, também, por um discurso da virtualidade. Esses indivíduos que “navegam” no ciberespaço e usam suas ferramentas técnicas não escapam de estar assujeitados à forma-sujeito virtual. A existência dessas experiências virtuais — perfis “falsos” e perfis correspondentes com espaço atual — reforça o processo de assujeitamento à forma-sujeito virtual.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. Freud e Lacan. Marx e Freud: introdução crítica histórica. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AUTHIER-REVEUZ, Jacqueline. Palavras incertas: as não-coincidências do dizer. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 15 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.
- _____. A Ordem do discurso. 14 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HAROCHE, Claudine. Fazer dizer, querer dizer. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.



LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed 34, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2008.

_____. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. Análise do discurso. 2 ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

PORTO, Sérgio Dayrell. Análise do discurso: o caminho das seis leituras interpretativas em massa folhada. Brasília: Casa das Musas, 2010.

PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). Sexo, afeta e era tecnológica: um estudo de chats na internet. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SODRÉ, Muniz. Redes sociais ainda não mudaram a ação política. 23/08/2011. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5538>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

